

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar
Período de Análise: setembro de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Biodiesel BR
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital

Índice

Mais Alimentos já financia aquisição de colheitadeiras – Sergio Bueno – Valor Econômico – 01/09/2010.....	3
Impulso a fundos garantidores privados – Mauro Zanatta - Valor Econômico – Agronegócios – 06/09/2010	4
PGPAF: 23 culturas da agricultura familiar tem bônus em setembro – Sítio Eletrônico do MDA – 10/09/2010.....	5
Garantia-safra inicia pagamento a quase 393 mil agricultores familiares – Sítio Eletrônico do INCRA – 17/09/2010.....	6
Garantia-Safra inicia pagamento a 393 mil agricultores familiares – Sítio eletrônico do MDA – 17/09/2010.....	7
Preços agrícolas disparam e renda do produtor pode crescer R\$ 5,6 bilhões – Márcia de Chiara – Estado de São Paulo- economia – 19/09/2010.....	8
Contratação do crédito agrícola cresce 19% em 2010 – Sítio Eletrônico do MAPA – 21/09/2010.....	9
Agricultores Familiares estão assegurados contra perdas da safra – Sítio Eletrônico do MDA - 29/09/2010	12
Agricultores Familiares estão assegurados contra perdas da safra 2009/2010 – Sítio Eletrônico do INCRA – 29/09/2010.....	14
Seguro safra vai ter R\$ 210 milhões – Sítio Eletrônico da CNA – 30/09/2010.....	15

Mais Alimentos já financia aquisição de colheitadeiras – Sergio Bueno – Valor Econômico – 01/09/2010

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, anunciou ontem, na Expointer, o início das operações de financiamento pelo programa Mais Alimentos para grupos de agricultores familiares com limite global de R\$ 500 mil.

A nova modalidade foi criada para incluir a aquisição de colheitadeiras na modalidade de crédito, que prevê juros anuais de 2%, três anos de carência e dez para pagamento.

Para o vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Milton Rego, em um ano o Mais Alimentos deverá ser responsável por 10% das vendas de colheitadeiras no Brasil, o equivalente a algo entre 400 e 500 unidades por ano. “É um percentual expressivo”, afirmou ele.

Segundo Cassel, os agricultores familiares podem participar das operações coletivas com a parcela não comprometida do limite de crédito individual de R\$ 130 mil. O acesso aos empréstimos seguirá “desburocratizado”, afirmou o ministro, lembrando que os produtores gaúchos levam em média 20 dias após a entrada do pedido no banco para receber um trator financiado pelo Mais Alimentos.

Cassel disse ainda que diversas indústrias estão oferecendo colheitadeiras que podem ser enquadradas no programa de crédito subsidiado.

A New Holland, por exemplo, levou para a Expointer um modelo de 180 cavalos de potência com preços de R\$ 250 mil a R\$ 290 mil no Rio Grande do Sul, mesma faixa de dois modelos Massey Ferguson fabricados pela AGCO em Santa Rosa (RS).

No caso dos tratores, o Mais Alimentos respondeu por quase 50% das vendas no acumulado dos sete primeiros meses do ano no mercado interno, disse o vice-presidente da Anfavea. Em 2009 a participação foi superior à metade dos negócios, mas ela caiu neste ano devido à recuperação da renda entre os agricultores de maior porte.

Nos dois primeiros anos de vigência, o programa do governo federal liberou R\$ 3,8 bilhões em 85 mil contratos de financiamento, incluindo a venda de 31,4 mil tratores até 75 cavalos de potência, conforme o ministro. “A indústria de máquinas agrícolas pouco sentiu os efeitos da crise graças ao Mais Alimentos”, disse Cláudio Bier, presidente do Simers, que reúne empresas do setor no Rio Grande do Sul.

Sem considerar o enquadramento no Mais Alimentos, a Anfavea projeta vendas de 4 mil a 4,5 mil colheitadeiras no mercado interno em 2010, ante quase 3,7 mil no ano passado e pouco mais de 4,3 mil em 2008. Para os tratores, a projeção é de 50 mil unidades vendidas, ante 44,2 mil de 2009 e 42 mil do ano anterior, quando estourou a crise econômica mundial, em setembro.

Conforme Rego, o desempenho final das vendas de colheitadeiras neste ano ainda vai depender da definição sobre o futuro do programa PSI do BNDES, que financia bens de capital com juros anuais de 5,5% ao ano e expira no fim deste ano. “Se a linha for mantida como está devemos passar das 4,5 mil unidades”.

Segundo o executivo, o setor está esperando para conversar sobre o assunto com os interlocutores do governo que será eleito em outubro.

De janeiro a julho as vendas de tratores no mercado interno cresceram 54,4% em comparação com o mesmo período de 2009, para 34,3 mil unidades, de acordo com a Anfavea.

Na comparação com os sete primeiros meses de 2008, antes da crise global, a alta foi de 46,5%. No caso das colheitadeiras foram vendidas 2,3 mil unidades, 59,4% a mais do que em idêntico intervalo do ano passado e igual ao volume comercializado de janeiro a julho de 2008.

Impulso a fundos garantidores privados – Mauro Zanatta - Valor Econômico – Agronegócios – 06/09/2010

O governo decidiu dar impulso à montagem de fundos garantidores privados para ampliar operações de crédito de cooperativas e pequenas e médias empresas.

A criação das chamadas sociedades garantidoras de crédito, sem participação de capital do Estado, busca permitir mais acesso a crédito bancário conjugado com a redução de riscos e taxas de juros em operações de financiamentos. O modelo sob avaliação do governo, que teria foco especial no setor agropecuário, inclui a formação de sociedades empresariais para oferecer garantias e avais em empréstimos bancários.

O governo tenta, por meio desse segundo estágio no modelo de fundo de aval, disseminar o uso de mecanismos de mitigação de risco. A meta é reduzir o efeito negativo da instabilidade de clima, renda e preços na atividade rural. A medida beneficiará cooperativas, empresas agropecuárias, revendas de insumos, cerealistas e frigoríficos. A cada percentual de aporte na sociedade, a empresa ou cooperativa reduziria o nível de risco e as taxas de juros das operações contratadas, além de elevar seus limites globais de créditos.

O desenho final para a constituição das sociedades garantidoras de crédito tem sido costurado por um grupo comandado pela Secretaria Geral da Presidência da República em conjunto com Ministério da Fazenda, Banco Central, Banco do Brasil e Sebrae. O grupo discute se essas sociedades seriam submetidas às mesmas regras de regulação aplicadas às instituições financeiras. E como seriam os aportes nesse novo modelo de associativismo.

Nesta semana, representantes do Programa de Cooperação Brasil Próximo, criado em conjunto com o governo da Itália, visitam instituições do país europeu para entender as experiências locais criadas pelos governos das regiões autônomas.

Bancos, cooperativas, empresas e o Banco Central italiano também serão visitados pela comitiva.

“Na Itália, uma parte dos recursos desses fundos vem da União Europeia e a outra parte, dos governos de cada região”, diz a secretária-executiva do programa, Maria Cristina Sampaio Lopes. Os financiamentos, segundo ela, têm baixa inadimplência (3%) e ganharam ainda mais impulso com a crise financeira global de 2008. “É preciso evitar que as empresas morram a cada crise”, afirma.

O grupo busca usar o modelo como uma forma de “perenizar” políticas públicas para gestões futuras do governo federal. “Pensamos em deixar tudo pronto para que o próximo governo possa usar esse instrumento assim que assumir”, afirma o assessor do Gabinete Pessoal da Presidência, Lécio Lima da Costa.

A novidade poderia estar disponível no país já em 2011, mas dependeria de ajustes legislativos para ser adequada à realidade brasileira. Daí a necessidade de ampliar o conhecimento de experiências de sucesso com a italiana. “Há, ainda, questões macroeconômicas, como a adequação das regras às exigências do novo ‘Acordo de Basileia’ recentemente adotado”, diz Maria Cristina, em referência aos critérios mínimos de governança bancária internacional.

PGPAF: 23 culturas da agricultura familiar tem bônus em setembro – Sítio Eletrônico do MDA – 10/09/2010

A portaria do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) foi publicada nesta sexta-feira (10), no Diário Oficial da União (DOU). Os preços de mercado e o bônus de desconto referem-se ao mês de agosto de 2010 e tem validade para o período de 10 de setembro a 09 de outubro de 2010.

Os agricultores familiares que cultivam acaí (fruto), algodão em caroço, amendoim, arroz longo fino em casca, babaçu (amêndoa), borracha natural (extrativista) bioma amazônia, borracha natural (heveicultura), café arábica, café conillon, cará/inhame, castanha de caju, feijão, leite, mamona, milho, pequi (fruto), piaçava (fibra), raiz de mandioca, sisal, sorgo, tomate, trigo, triticale, contam, em setembro, com o bônus do PGPAF para financiamento dessas 23 culturas.

O produto com maior bônus este mês é a borracha natural – bioma amazônia (64,29%) no estado do Acre. Já a cultura com maior número de estados que contam com o bônus é o sorgo (12 estados). Para o sorgo, o maior bônus é no estado do Mato Grosso (MT), com 34,32%.

Alguns produtos da sociobiodiversidade também contam com bônus em setembro, como o açaí - fruto (13,04% em Rondônia), babaçu – amêndoa (39,73% no Maranhão), castanha de caju (46,4% em Tocantins), mamona (11,95% no Paraná), Pequi – fruto (42,86% em Minas Gerais) e a piaçava – fibra (43,11% na Bahia).

O PGPAF

Criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2006, o PGPAF possibilita que o agricultor familiar pague os financiamentos de custeio e investimento com um bônus, que corresponde a diferença entre os preços garantidores e o preço de mercado, nos casos em que o valor do produto financiado esteja abaixo do preço de garantia.

Atualmente, o Programa abrange 40 culturas: babaçu, açaí, borracha natural extrativa, pequi e piaçava, algodão, alho, amendoim, borracha natural, caprino de corte, ovinos de corte, castanha-do-brasil, carnaúba, girassol, juta, malva, sisal, sorgo, triticales, arroz, café conilon, café arábica, inhame, cará, castanha de caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pimenta-do-reino, mandioca, soja, tomate, trigo, uva, banana, maçã, abacaxi e cana-de-açúcar.

O bônus do PGPAF é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado pela SAF/MDA. A Conab faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF. Os bônus das operações de custeio e investimento ficam limitados a R\$ 5 mil anuais por beneficiário do crédito rural.

Nas operações de investimento do Pronaf, o bônus pode ser concedido bastando que um único produto incluído no PGPAF seja gerador de 35%, ou mais, da renda estimada pelo agricultor para o pagamento do financiamento.

Garantia-safra inicia pagamento a quase 393 mil agricultores familiares – Sítio Eletrônico do INCRA – 17/09/2010

Começa nesta sexta-feira (17) o pagamento do benefício do Programa Garantia-Safra 2009/2010 da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA). Serão contemplados com o seguro 393.849 agricultores familiares de 351 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba e

Pernambuco. O montante de pagamentos chega a R\$ 59 milhões. O valor do benefício será pago diretamente ao agricultor em quatro parcelas de R\$150, por meio de cartão eletrônico da Caixa Econômica Federal.

O Garantia-Safra é um seguro para agricultores familiares que perderam no mínimo 50% da produção por falta ou excesso de chuvas. Tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sujeitos a perda de safra, com renda de até 1,5 salário mínimo, que plantam entre 0,6 e 10 hectares. As culturas incluídas no programa são: feijão, milho, arroz, mandioca, algodão ou outras atividades agrícolas de convivência com o Semiárido, que abrange os municípios localizados na região Nordeste, no norte do Estado de Minas Gerais (Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha) e no norte do Estado do Espírito Santo. Na safra 2009/2010, a perda de produção ocorreu em decorrência de estiagem.

Para ter acesso ao benefício, os municípios devem encaminhar comunicado de perda para a coordenação nacional do Programa, fazer laudos amostrais e inseri-los em aplicativo disponível no site www.seaf.mda.gov.br. É necessário também que tanto os Estados quanto os municípios tenham realizado os aportes ao Fundo Garantia-Safra. Depois de comprovada a perda de produção, os agricultores aderidos recebem o seguro de renda mínima.

O agricultor pode obter mais informações na Prefeitura Municipal, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou no escritório regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Garantia-Safra inicia pagamento a 393 mil agricultores familiares – Sítio eletrônico do MDA – 17/09/2010

Começa nesta sexta-feira (17) o pagamento do benefício do Programa Garantia-Safra 2009/2010 da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA). Serão contemplados com o seguro 393.849 agricultores familiares de 351 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco. O montante de pagamentos chega a R\$ 59 milhões. O valor do benefício será pago diretamente ao agricultor em quatro parcelas de R\$150, por meio de cartão eletrônico da Caixa Econômica Federal. O Garantia-Safra é um seguro para agricultores familiares que perderam no mínimo 50% da produção por falta ou excesso de chuvas. Tem como objetivo garantir condições mínimas

de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sujeitos a perda de safra, com renda de até 1,5 salário mínimo, que plantam entre 0,6 e 10 hectares. As culturas incluídas no programa são: feijão, milho, arroz, mandioca, algodão ou outras atividades agrícolas de convivência com o Semiárido, que abrange os municípios localizados na região Nordeste, no norte do Estado de Minas Gerais (Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha) e no norte do Estado do Espírito Santo. Na safra 2009/2010, a perda de produção ocorreu em decorrência de estiagem. Para ter acesso ao benefício, os municípios devem encaminhar comunicado de perda para a coordenação nacional do Programa, fazer laudos amostrais e inseri-los em aplicativo disponível no site www.seaf.mda.gov.br. É necessário também que tanto os Estados quanto os municípios tenham realizado os aportes ao Fundo Garantia-Safra. Depois de comprovada a perda de produção, os agricultores aderidos recebem o seguro de renda mínima. O agricultor pode obter mais informações na Prefeitura Municipal, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou no escritório regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Preços agrícolas disparam e renda do produtor pode crescer R\$ 5,6 bilhões – Márcia de Chiara – Estado de São Paulo- economia – 19/09/2010

A disparada dos preços do algodão, da soja e do milho, que começou no segundo semestre, mudou as perspectivas de plantio e renda dos agricultores. Entre algodão, soja, milho, arroz, feijão e trigo, a safra 2010/2011 pode chegar a 152 milhões de toneladas, com uma receita de R\$ 83,9 bilhões, apontamos cálculos da RC Consultores.

As projeções consideram as novas intenções de plantio e a elevação dos preços das commodities no mercado internacional. "A renda da agricultura de grãos em 2011 deve praticamente voltar para o nível de 2009", observa o Fabio Silveira, diretor da consultoria.

De 2009 para 2010, a receita encolheu R\$ 5,7 bilhões em razão da crise e agora pode crescer R\$ 5,6 bilhões. A subida dos preços agrícolas, desencadeada por quebras de safra no Hemisfério Norte, beneficia os produtores que se preparam para semear a nova safra. Mas também traz incerteza para a inflação, especialmente se a estiagem atual se prolongar. O preço do algodão é recorde no mercado internacional e subiu quase 30% em reais desde julho.

Na metade deste mês, a cotação da arroba chegou a R\$ 70,15, ante R\$ 53,95 em julho e R\$ 38,22 em setembro de 2009. As cotações do milho e da soja também aumentaram. Desde junho, a saca de milho subiu quase 30% em reais e a cotação da soja teve alta de 15% em igual período.

A quebra na safra de algodão do Paquistão, da China e do Brasil e os baixos rendimentos das lavouras dos Estados Unidos, além do consumo aquecido e dos estoques baixos, explicam a elevação dos preços, diz o analista da Agra FNP, Aedson Grelha.

No caso do milho e da soja, a arrancada das cotações começou com a quebra da safra de trigo da Rússia, que suspendeu as exportações do grão. Como os países da Europa destinam boa parte do produto para ração animal, aumentaram a demanda e os preços da soja e do milho, grãos também usados para esse fim.

Área plantada

O movimento de alta dessas commodities fez os agricultores brasileiros reverem as intenções de plantio. Em Mato Grosso, por exemplo, a expectativa era de redução da área plantada. "Mas, com reação dos preços, os produtores voltaram atrás e vão repetir os 6,2 milhões de hectares da última safra", conta o presidente da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Glauber Silveira.

Segundo Grelha, a área plantada com soja deve ter expansão de 2%. A tendência é de redução de 7% da área de milho, apesar da alta dos preços. O analista diz que dois fatores explicam o movimento. A soja tem mais liquidez que o milho, isto é, vira dinheiro mais rapidamente. Além disso, com o risco de estiagem prolongada, resiste mais à seca.

No caso do algodão, o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), Haroldo Cunha, calcula que a área plantada cresça 25% e atinja 1,040 milhão de hectares. "Os preços devem continuar firmes no mercado", calcula.

Diante dos baixos estoques mundiais, as companhias exportadoras e as fiações já compraram metade da safra que ainda não foi plantada, conta Cunha. "O agricultor está animado com a próxima safra. Na anterior, a produção de soja foi boa, mas os preços não", lembra o superintendente da Cocamar Cooperativa Agroindustrial, de Maringá, José Cícero Aderaldo.

Segundo ele, com a subida dos preços, a rentabilidade do produtor nesta safra pode ser maior. "Mas tudo está para ser escrito", pondera, fazendo referência ao principal obstáculo de hoje à produção: o clima irregular.

A falta de chuvas já tem reflexos nas vendas de adubos e defensivos. "As entregas estão mais devagar por causa da estiagem", conta o diretor executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos, David Roquetti Filho.

No primeiro semestre, as vendas de defensivos caíram 20% em valor. Na análise do diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal, Eduardo Daher, além do avanço dos genéricos, essa retração ocorre por causa do clima. "Com essa seca, os produtores adiaram as compras de defensivos, e esse atraso vai resultar num problema logístico", diz Daher.

Contratação do crédito agrícola cresce 19% em 2010 – Sítio Eletrônico do MAPA – 21/09/2010

Brasília (21.9.2010) - Os recursos aplicados no crédito rural para agricultura empresarial em custeio, investimento e comercialização atingiram R\$ 18,8 bilhões, nos meses de julho e agosto deste ano. O resultado recorde é 19% superior ao registrado no mesmo período da safra passada (2009/2010), quando foram liberados R\$ 15,8 bilhões. Os

recursos voltados à agricultura empresarial na safra 2010/2011 totalizam R\$ 100 bilhões. O valor consta no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) anunciado em junho pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Wagner Rossi.

As contratações para o médio produtor subiram 71% em relação ao ciclo agrícola anterior, alcançando R\$ 851 milhões nesses dois meses. Os recursos para custeio e investimento fazem parte do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). “O desempenho demonstra que as condições de financiamento estão mais atrativas e que o governo está empenhado em melhorar o acesso da classe média rural ao crédito rural”, afirma o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Edilson Guimarães. O Pronamp conta com R\$ 5,6 bilhões para a safra atual.

Os financiamentos destinados às agroindústrias para capital de giro e apoio à comercialização totalizaram R\$ 2 bilhões - crescimento de 320% em comparação com julho e agosto de 2009. Já o Programa de Sustentação do Investimento (PSI-BK) contabilizou R\$ 1 bilhão para a aquisição de máquinas agrícolas, a juros de 5,5% ao ano. Em igual período foram liberados R\$ 58,2 milhões. O PSI-BK foi criado em 2008 para suprir a carência de crédito durante a crise financeira internacional. O recurso pode ser contratado até dezembro deste ano.

As liberações do crédito agrícola respondem às perspectivas do agronegócio brasileiro, avalia Guimarães. “A comercialização positiva na safra 2009/2010 contribuiu para que o produtor buscasse mais recursos oficiais. Com mais dinheiro no início do ciclo agrícola, os produtores estão antecipando as compras de insumos para o preparo do solo e plantio da safra, que representam maior parte das despesas no período”, acrescenta. (*Inez De Podestà*)

Governo quer nova "base social no campo" – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 21/09/2010

As mudanças avaliadas pelo governo no Imposto Territorial Rural (ITR) são parte de uma estratégia de construção de uma nova "base social no campo". A meta do governo é formar uma "classe média rural empreendedora, predominante e moderna". O secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, Ariel Pares, informa já ter avançado com outros ministérios para reformar a política agrícola e constituir a nova base a partir de um modelo renovado de garantia de preços, seguro agrícola e crédito rural. "Isso implica subsídios, sobretudo para **agricultores familiares**. Mas precisamos tratar diferente o que é desigual como se faz hoje", afirma Ariel Pares.

Engenheiro agrônomo e economista, Pares entende que o país precisa deslocar a "discussão isolada" de crédito, seguro e preços mínimos para avançar em instrumentos de garantia de renda que levem em conta problemas de riscos climáticos, liquidez e volatilidade do setor rural. "Política agrícola não pode só regular mercados. Tem que constituir uma base social forte, organizada e cooperante, capaz de gerar renda e que não sinta estímulo para migrar", argumenta ele.

Nos planos do governo, estão a formação de um fundo anticíclico para épocas de bonança e uma política de subsídios em tempos de dificuldades no setor rural. "É preciso assumir riscos, mas dentro de uma determinada margem", afirma o secretário.

Para ele, o desenvolvimento rural e a modernização socioeconômica do campo deve incluir a ampliação de serviços (como estradas, luz e banda larga) nos núcleos urbanos próximos de áreas rurais. "É preciso oferecer novas atividades que não sejam apenas do campo, com indústria, serviços, residências e adensamento dos sistemas urbanos, saindo do litoral e do Centro-Sul", diz.

O governo quer ampliar ao máximo essa base. "Queremos uma agricultura líder e com base social moderna", diz Ariel Pares. O desafio, segundo ele, é operar mudanças na concentração da terra no longo prazo. "A agricultura é para todos, e não para 20 mil ou 30 mil", afirma. "Temos que garantir a agricultura familiar no futuro, de forma pactada e negociada, é claro".

A SAE já tem metas fixadas para transformar a "base" do campo até 2022, quando o Brasil completa seu bicentenário. Primeiro, estabeleceu como objetivo a duplicação da atual produção agropecuária - isso implicaria chegar próximo de 300 milhões de toneladas de grãos, fibras e cereais. Depois, quer dobrar as exportações do setor, mantendo o crescimento média de 6% ao ano. Além disso, a elevação da produtividade em 50% faria o país crescer de forma "horizontal" no campo. Isso resultaria na expansão média de 3,4% ao ano ao longo de 12 anos - a média anual das últimas duas décadas foi de 3,3%.

O governo também quer triplicar o orçamento da rede nacional de pesquisa agropecuária, incluindo Embrapa e empresas estaduais. Hoje, o país aplica 1,2% do Produto Interno Bruto em pesquisa, desenvolvimento e inovação - ou R\$ 3 bilhões por ano. A meta é elevar o índice entre 2% ou 2,5% do PIB até 2022. "Isso daria chance de sairmos da base exportadora de commodities para a produção de alto valor agregado", afirma Ariel Pares.

Governo quer nova "base social no campo" – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 21/09/2010

As mudanças avaliadas pelo governo no Imposto Territorial Rural (ITR) são parte de uma estratégia de construção de uma nova "base social no campo". A meta do governo é formar uma "classe média rural empreendedora, predominante e moderna". O secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, Ariel Pares, informa já ter avançado com outros ministérios para reformar a política agrícola e constituir a nova base a partir de um modelo renovado de garantia de preços, seguro agrícola e crédito rural. "Isso implica subsídios, sobretudo para agricultores familiares. Mas precisamos tratar diferente o que é desigual como se faz hoje", afirma Ariel Pares.

Engenheiro agrônomo e economista, Pares entende que o país precisa deslocar a "discussão isolada" de crédito, seguro e preços mínimos para avançar em instrumentos de garantia de renda que levem em conta problemas de riscos climáticos, liquidez e volatilidade do setor rural. "Política agrícola não pode só regular mercados. Tem que constituir uma base social forte, organizada e cooperante, capaz de gerar renda e que não sinta estímulo para migrar", argumenta ele.

Nos planos do governo, estão a formação de um fundo anticíclico para épocas de bonança e uma política de subsídios em tempos de dificuldades no setor rural. "É preciso assumir riscos, mas dentro de uma determinada margem", afirma o secretário.

Para ele, o desenvolvimento rural e a modernização socioeconômica do campo deve incluir a ampliação de serviços (como estradas, luz e banda larga) nos núcleos urbanos próximos de áreas rurais. "É preciso oferecer novas atividades que não sejam apenas do campo, com indústria, serviços, residências e adensamento dos sistemas urbanos, saindo do litoral e do Centro-Sul", diz.

O governo quer ampliar ao máximo essa base. "Queremos uma agricultura líder e com base social moderna", diz Ariel Pares. O desafio, segundo ele, é operar mudanças na concentração da terra no longo prazo. "A agricultura é para todos, e não para 20 mil ou 30 mil", afirma. "Temos que garantir a agricultura familiar no futuro, de forma pactada e negociada, é claro".

A SAE já tem metas fixadas para transformar a "base" do campo até 2022, quando o Brasil completa seu bicentenário. Primeiro, estabeleceu como objetivo a duplicação da atual produção agropecuária - isso implicaria chegar próximo de 300 milhões de toneladas de grãos, fibras e cereais. Depois, quer dobrar as exportações do setor, mantendo o crescimento média de 6% ao ano. Além disso, a elevação da produtividade em 50% faria o país crescer de forma "horizontal" no campo. Isso resultaria na expansão média de 3,4% ao ano ao longo de 12 anos - a média anual das últimas duas décadas foi de 3,3%.

O governo também quer triplicar o orçamento da rede nacional de pesquisa agropecuária, incluindo Embrapa e empresas estaduais. Hoje, o país aplica 1,2% do Produto Interno Bruto em pesquisa, desenvolvimento e inovação - ou R\$ 3 bilhões por ano. A meta é elevar o índice entre 2% ou 2,5% do PIB até 2022. "Isso daria chance de sairmos da base exportadora de commodities para a produção de alto valor agregado", afirma Ariel Pares.

Agricultores Familiares estão assegurados contra perdas da safra – Sítio Eletrônico do MDA - 29/09/2010

O governo federal assegurou o pagamento do benefício Garantia-Safra para 595.622 agricultores familiares de todos os estados da região Nordeste e Norte de Minas Gerais

atingidos pela seca. Medida Provisória publicada nesta quarta-feira (29), no Diário Oficial da União, liberou crédito extraordinário, no valor de R\$ 210 milhões, para garantir o pagamento do benefício aos agricultores familiares dos Estados participantes.

O Garantia-Safra é uma ação dos três níveis de governo - municipal, estadual e federal - coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. O objetivo é garantir remuneração aos agricultores familiares de municípios sujeitos a perda de safra em razão da falta ou excesso chuva, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Até o mês de outubro, 498.403 agricultores de municípios dos Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Piauí que já tiveram perda comprovada receberão uma das parcelas do Garantia-Safra. O pagamento é de R\$ 600, feito em quatro parcelas de R\$ 150.

A safra 2009-2010 foi afetada pela ocorrência de seca. “Há uma estimativa de que 90% dos agricultores que aderiram ao Garantia-Safra tenham perda comprovada, principalmente para as culturas de feijão e milho, conforme informações do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e das vistorias realizadas nos municípios que encaminharam comunicação de ocorrência de perda”, afirma Dione Freitas, coordenadora geral do Programa Garantia-Safra da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA) . Em decorrência disso, cerca de 91% dos municípios que aderiram ao Garantia-Safra já enviaram o comunicado de ocorrência de perda, tendo sido confirmado prejuízo para mais de 75% dos agricultores aderidos, segundo dados da coordenação do Programa Garantia-Safra.

O benefício do Garantia-Safra se destina aos agricultores/as familiares que tenham renda familiar mensal de até 1,5 salário mínimo, cultivem uma área mínima de 0,6 hectare e máxima de 10 hectares de arroz, feijão, milho, mandioca ou algodão, não irrigada. O benefício é pago aos agricultores que aderiram e que estão em municípios em que se comprove que a perda da produção nas lavouras, em razão da estiagem ou excesso de chuva seja, no mínimo, de 50%.

O Garantia-Safra foi instituído pela Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002 e regulamentado pelo Decreto nº 4.962, de 22 de janeiro de 2004.

Agricultores Familiares estão assegurados contra perdas da safra 2009/2010 – Sítio Eletrônico do INCRA – 29/09/2010

O governo federal assegurou o pagamento do benefício Garantia-Safra para 595.622 agricultores familiares da região Nordeste e Norte de Minas Gerais que deverão ter perdas de, pelo menos, 50% de sua produção em função da seca. Medida Provisória publicada hoje, 29 de setembro, no Diário Oficial da União, disponibilizou um crédito extraordinário, no valor de R\$ 210 milhões, para garantir o pagamento do benefício do Programa Garantia-Safra aos agricultores familiares dos Estados participantes.

O Garantia-Safra é uma ação dos três níveis de governo, municipal, estadual e federal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que implementa o benefício Garantia-Safra, com o objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra em razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Até o mês de outubro, 498.403 agricultores de municípios dos Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Piauí que já tiveram perda comprovada receberão uma das parcelas do pagamento do Garantia-Safra. O pagamento do Garantia-Safra é de R\$ 600,00 e é feito em quatro parcelas de R\$ 150,00.

A safra 2009-2010 foi bastante afetada pela ocorrência de seca. "Há uma estimativa de que 90% dos agricultores que aderiram ao Garantia-Safra tenham perda comprovada, principalmente, para as culturas de feijão e milho, conforme informações do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e das vistorias amostrais realizadas nos municípios que encaminharam comunicação de ocorrência de perda ", afirma Dione Freitas, coordenadora geral do Programa Garantia-Safra da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA).

Em decorrência disso, cerca de 91% dos municípios que aderiram ao Garantia-Safra já enviaram o comunicado de ocorrência de perda (COP), tendo sido confirmada perda para mais de 75% dos agricultores aderidos, segundo dados da coordenação do Programa Garantia-Safra.

O benefício do Garantia-Safra se destina aos agricultores/as familiares que tenham renda familiar mensal de até 1,5 salário mínimo, cultivem uma área mínima de 0,6 hectares e máxima de 10 hectares de arroz, feijão, milho, mandioca ou algodão, não irrigada. O benefício é pago para os agricultores que aderiram e que estão em municípios em que se comprove que a perda da produção nas lavouras, em razão da estiagem ou excesso de chuva seja, no mínimo, 50%.

O Garantia-Safra foi instituído pela Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002 e regulamentado pelo Decreto nº 4.962, de 22 de janeiro de 2004.

Seguro safra vai ter R\$ 210 milhões – Sítio Eletrônico da CNA – 30/09/2010

O Ministério do Desenvolvimento Agrário vai destinar R\$ 210 milhões ao pagamento do seguro safra da Agricultura familiar. Os recursos serão injetados no Fundo Garantia-Safra, que tem o objetivo de assegurar condições mínimas de sobrevivência a pequenos produtores que sofrem com excessos climáticos. Na prática, a verba beneficia os agricultores que perderam a lavoura com as enchentes nos municípios da Zona da Mata Sul do Estado.

A medida provisória foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e foi publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU). Pela lei, os R\$ 210 milhões podem ser usados por agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos à perda de safra por conta de seca ou chuvas, situados na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O Fundo Garantia-Safra foi criado pela Lei nº 10.420/02 para dar condições mínimas de sobrevivência aos pequenos produtores agrícolas que estão vulneráveis aos problemas climáticos. O Fundo faz parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A MP libera os R\$ 210 milhões na forma de crédito extraordinário ao Ministério. Ela entrou em vigor ontem, com a sua publicação no Diário Oficial da União.

Fonte: Jornal do Commercio

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

